

O público e o privado na educação

Projetos em disputa?

VERA MARIA VIDAL PERONI*
MARIA RAQUEL CAETANO**

RESUMO: Este artigo enfoca as relações entre o público e o privado, neste período particular do capitalismo, em que ocorrem redefinições do papel do Estado, trazendo consequências para a educação. Buscamos mapear quem são os sujeitos envolvidos no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas relações com instituições públicas e privadas. Analisamos como o privado interfere no público, por meio da direção e da execução das políticas educacionais, com implicações para a democratização da educação.

Palavras-chave: Público-privado. Parcerias. Democratização da educação. Base Nacional Comum Curricular.

Introdução

Este texto procura debater as mudanças ocorridas nas relações entre o público e o privado, neste período particular do capitalismo, de redefinições do papel do Estado¹, bem como suas consequências para o conteúdo da educação. Nesse contexto de mudanças, pretendemos apresentar elementos para debater se as bases nacionais curriculares em discussão podem contribuir para o processo de construção

* Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) nos Departamento de Estudos Especializados e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (Faced). É pesquisadora produtividade CNPQ. Participa do grupo nacional de pesquisa sobre a relação entre o público e o privado na educação. É líder do Diretório Grupo de Pesquisa Estado e políticas públicas de Educação Básica. Porto Alegre/RS – Brasil. *E-mail:* <veraperoni@yahoo.com.br>.

** Doutora em Educação. É professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense, Campus Charqueadas e coordenadora da Pós-graduação. Integra o grupo de pesquisa coordenado pela prof. Dra. Vera Peroni na UFRGS. Porto Alegre/RS – Brasil. *E-mail:* <rcaetano@faccat.br>.

de uma educação mais pública e democrática ou, ao contrário, são um elemento a mais para o processo de privatização da educação pública.²

Ao analisarmos a relação entre o público e o privado na educação, surge a questão da produção e da apropriação do conhecimento. Perguntamos então: qual conhecimento? Quem decide o que ensinar e como ensinar? Em nossas pesquisas, principalmente as que analisam as parcerias entre instituições privadas e escolas públicas, verificamos que o privado define o conteúdo do público, tanto nos aspectos de gestão quanto nos aspectos pedagógicos. Nesse sentido, temos uma definição maior acerca de um currículo nacional que pode significar um avanço no processo democrático, se for definido coletivamente e respeitar as diversidades culturais. No entanto, pode também significar uma maior prescrição e diminuição da autonomia docente. O privado, pela grande influência que tem no atual processo de correlação de forças, pode influenciar muito na definição do currículo nacional, o que trará consequências ainda maiores para a democratização no País, com o aumento do processo de mercadificação já em curso.

Mudanças no papel do Estado: relação público-privado

A relação entre o público e o privado na política educacional é parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas; não é uma questão de determinação, mas de relação e processo³. Desse modo, tanto o Estado quanto a sociedade civil são partes constitutivas do movimento de correlação de forças⁴ de sujeitos⁵ situados em um contexto histórico e geográfico⁶, perpassados por projetos societários distintos. Não se trata de uma contraposição entre Estado e sociedade civil, pois vivemos em uma sociedade de classes em que sociedade civil e Estado são perpassados por interesses mercantis. Afinal, como aponta Wood (2014,p.28), “o poder econômico do capital não pode existir sem o apoio da força extra-econômica; e a força extra-econômica é hoje, tal como antes, oferecida primariamente pelo Estado”. Tendo como base essa concepção, enfocamos em nossas pesquisas a sociedade civil mercantil, em que o privado está vinculado ao mercado (PERONI, 2015).

É importante, ainda, ressaltar que a relação entre o público e o privado não inicia neste período particular do capitalismo; historicamente, foram muito tênues as linhas divisórias entre o público e o privado. Assim, a democratização da educação pública ainda é um longo caminho e questionamos as implicações da mercantilização do público nesse processo. A democracia é entendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social (PERONI, 2013).

Entendemos que a mercadificação da educação pública não é uma abstração, mas ocorre via sujeitos e processos. Trata-se de sujeitos individuais e coletivos que estão cada vez mais organizados, em redes do local ao global, com diferentes graus de influência e que falam de diferentes lugares: setor financeiro, organismos internacionais e setor

governamental. Algumas instituições têm fins lucrativos e outras não, ou não claramente, mas é importante destacar que entendemos as redes como sujeitos (individuais e coletivos) em relação, com projeto de classe (PERONI, 2015). No caso deste artigo, buscamos mapear quem são os sujeitos envolvidos no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Entendemos as redefinições no papel do Estado como parte de mudanças sociais e econômicas deste período particular⁷ de crise estrutural do capital, em que as contradições estão mais acirradas. Outro pressuposto teórico da análise do processo de redefinição do papel do Estado foi o de que a crise fiscal é parte de um movimento maior de crise do capital, e não a causadora da crise, como foi diagnosticado pelo neoliberalismo e partilhado pela Terceira Via.

Entendemos que a perspectiva salvacionista, de que o privado mercantil deve garantir a qualidade da educação pública, está inserida em uma lógica que naturaliza essa participação, pois parte do pressuposto neoliberal de que não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, para essa concepção, é reformar o Estado ou diminuir sua atuação para superar a crise. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, portanto a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo. Verificamos que essa prescrição tem-se materializado na educação de diversas formas, por meio da influência externa, o que Ball e Junemann (2012) denominam privatização exógena, e da privatização endógena, no interior do setor público.

Nossas pesquisas demonstram que, no Brasil, o processo de privatização do público ocorre de várias formas, tanto por meio da direção⁸ quanto da execução das políticas educativas, como é o caso Movimento Todos pela Educação, em que os empresários acabam influenciando o governo federal, tanto na agenda educacional quanto na venda de produtos educativos⁹. Isso também acontece por meio da execução, que ocorre, principalmente, para as pessoas mais vulneráveis, na educação de jovens e adultos, creches¹⁰, educação especial e educação profissional¹¹. Mas também ocorre ao mesmo tempo na execução e direção, como verificamos nos estudos sobre as parcerias em que instituições privadas definem o conteúdo da educação e também executam sua proposta por meio da formação, da avaliação do monitoramento, premiação e sanções que permitem um controle de que seu produto será executado.

A oferta educacional se ampliou para quem historicamente não teve acesso, e essa ampliação ocorreu na escola pública no ensino fundamental e médio. A oferta permanece pública, com 84,26% das matrículas no ensino fundamental (EF) e 86,75% no ensino médio (EM), e em instituições privadas há apenas 15,73% no EF e 13,25% no EM. A oferta permanece sendo majoritariamente pública, sendo que a privatização ocorreu no que chamamos de “conteúdo da proposta”, com a lógica mercantil influenciando no

processo pedagógico e na organização da escola pública. Nesse caso, o privado assume a direção das políticas educativas e define a produção e apropriação do conhecimento.

Destacamos o Instituto Ayrton Senna¹² e o Unibanco/PJF¹³ que fazem parcerias com escolas públicas de ensino fundamental e médio. Essas instituições se utilizam de programas padronizados e replicáveis para os diferentes estados do País, com um forte controle e monitoramento dos resultados.

Assim sendo, concordamos em parte com Alferes e Mainardes (2014) sobre a importância de um currículo nacional, pois a sua ausência propicia que o setor privado tome as decisões acerca do conteúdo da educação, como verificamos com os exemplos citados. No entanto, apontamos para a forte presença do setor privado se organizando para definir a direção da BNCC, como veremos no próximo item. Os autores afirmam que

o silêncio do poder público, no que se refere à definição de um currículo comum definido nacional ou localmente (para uma rede de ensino), tem facilitado a atuação de organismos privados, por meio de assessorias para a adoção de material didático, apostilas ou métodos de alfabetização. (ALFERES; MAINARDES, 2014, p. 253).

O tema é polêmico e tem gerado muito debate em nível nacional, no que se refere à questão por nós pesquisada, sobre a presença cada vez maior do setor privado mercantil na escola pública. Ter um currículo nacional, democraticamente debatido, poderia contribuir para que o currículo deixasse de ser definido apenas por avaliações nacionais, livros didáticos e empresas privadas que fazem parcerias com escolas públicas.

Nesse sentido, Sacristán (1998) destaca a importância de uma discussão pública acerca do currículo de um país em um processo democrático:

Eu considero que, na democracia, a intervenção publicamente discutida e pactuada do estado sobre o currículo para estabelecer algumas regras do jogo a serviço dos interesses gerais pode ser preferível a que o currículo seja determinado por empresas industriais multinacionais, como já está começando a acontecer em outros contextos, ou pela publicação de empresas privadas de livros didáticos.

Consideramos importante a advertência de Sacristán (1998) sobre a necessidade de definir democraticamente o currículo e destacamos que o conceito de democracia está em disputa. Entendemos que a presença de sujeitos vinculados ao mercado definindo questões curriculares não ocorre por acaso, mas como parte de um pressuposto, defendido pela *Public Choice* de que a democracia e as regulações sobre o Estado são prejudiciais ao livre andamento do mercado, por isso é preciso estabelecer limites constitucionais contra as instituições democráticas vigentes: eliminando o voto, o que é mais difícil, ou restringindo o impacto do voto por meio da privatização e desregulamentação, provocando o desmantelamento do Estado (BUCHANAN; MCCORMIC; TOLLISON, 1984).

Enfim, destacamos que há correlação de forças que envolvem a definição do conteúdo da educação ou o currículo de um país, uma vez que

o currículo nunca é uma simples coleção neutra de saberes, que se manifesta de alguma maneira nos textos e aulas de uma nação. Forma parte sempre de uma tradição seletiva, da seleção de parte de alguém, da visão que um grupo tem do saber legítimo. Se produz a partir de conflitos e tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo. (APPLE, 1995, p. 153).

A Base Nacional Comum como campo de disputas entre o público e o privado

As discussões sobre as bases nacionais comuns não são novas no Brasil. Na década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais já sinalizavam para um currículo comum orientado pelas reformas da educação no governo FHC, com forte viés centralizador. Já nos anos 2000, tivemos a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação em todos os níveis, culminando em 2010 com a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes da Educação Básica. Esse documento legisla sobre os diferentes níveis e modalidades da educação infantil ao ensino médio.

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 confirma a necessidade da base e define que a União, estados e municípios devem implantar os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a BNCC do ensino fundamental (BRASIL, 2014, meta 2). No PNE, a BNCC é relacionada às metas que dizem respeito à universalização do ensino fundamental (metas 2 e 3); à avaliação e ao Ideb (meta 7); e à formação de professores (meta 15) (BRASIL, 2014).

A BNCC tornou-se um campo de disputas na educação brasileira em que diferentes sujeitos individuais e/ou coletivos vêm se articulando para buscar espaço em uma área fundamental da educação e da escola: o currículo. A disputa pelo currículo torna-se importante, pois nele pode ser impresso o conteúdo e a direção a ser dada à educação e à escola. Com esse objetivo, sujeitos individuais e coletivos organizados em instituições públicas e privadas vêm se articulando por meio de seminários, debates e relatos de experiências internacionais.

O debate sobre a BNCC ganhou força em 2014 quando o Ministério da Educação (MEC) retomou o debate para a construção dos direitos de aprendizagem para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Esse processo foi conduzido pela Secretaria de Educação Básica (Seb) do MEC e a proposta final deverá ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação até junho de 2016.

A BNCC pode ser vista como uma parte do currículo nacional em que se estabelece o conjunto de conhecimentos e habilidades que cada estudante brasileiro deve aprender nas diferentes etapas da educação básica. Ela, como campo de disputa política e

pedagógica, pública e privada, já trazia na sua concepção divergências entre a Secretaria de Assuntos Estratégicos (Sae) e o MEC, por meio de propostas divergentes no interior do governo. Essa questão ficou mais clara em matéria divulgada em jornal de circulação nacional:

O ministro Unger¹⁴ defende que o currículo brasileiro seja mais ‘ambicioso’ e dessa concepção é que surgem, segundo ele, os pontos que podem divergir ao trabalho dentro do MEC. Ele defende que o currículo tenha um repertório de protocolos que indicariam aos professores maneiras concretas de ensinar cada disciplina – não mandatário, mas exemplificativo. Embora Unger não identifique essa ideia como ponto polêmico, o secretário de Educação Básica do MEC, Manuel Palácios, já indicou que sequências didáticas não deverão fazer parte do projeto. (SALDAÑA, 2015, p. 1, grifo do autor).

Manuel Palácios, secretário de educação básica do MEC, tem apresentado que, para os professores, “ela servirá como um norte, um guia para suas aulas. Ela irá, ainda, reorganizar todo o sistema educacional, materiais didáticos, formação de professores, avaliações que terão a Base como referência” (PALÁCIOS, 2015).

No entendimento de Palácios, o novo currículo vai se alinhar com avaliações nacionais, como a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “A Base Nacional Comum Curricular vai funcionar como uma cartilha para determinar o que todos os estudantes brasileiros têm direito e devem aprender durante o ensino público” (PALÁCIOS, 2015), o que é preocupante, pois padroniza o currículo nacional em um país tão diverso quanto o Brasil.

Maria Margarida Machado, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação (ANPEd), discorda da concepção e da metodologia de trabalho definida para a temática pelo secretário da Seb, tendo em vista que reduz a concepção de currículo à lista de objetivos e não considera as discussões que há dois anos já vinham sendo feitas sob coordenação do MEC, quando estava em pauta a concretização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e que ainda não foram consolidadas (VEIGA, 2015).

Já para a Anpae (2015), a BNCC é uma parte importante da construção do currículo escolar da educação básica brasileira, mas também se apresenta como campo de disputas profundas entre projetos distintos de sociedade e de educação. Reitera que o centro da discussão é o projeto de nação atual, assim como estão no centro da discussão as questões atuais relativas ao desenvolvimento e inclusão social.

Inês Barbosa, presidente da Associação Brasileira de Currículo (ABdC), em recente documento divulgado pela ANPEd, apresenta que

a necessidade de definição de uma base nacional comum curricular, sustentada pelo fato de esta ser uma exigência do Plano Nacional de Educação, entra em choque com o fato de que no Brasil já existem diretrizes curriculares para os diferentes níveis e modalidades de ensino, democraticamente formulada e em

consonância com a política de respeito à diversidade nacional e à pluralidade de possibilidades de se educar e ensinar populações diferentes em espaços-tempos diferentes. (apud VEIGA, 2015).

Para a autora, a BNCC

compromete a autonomia docente, o direito à diferença e o respeito aos saberes e culturas locais por meio dos padrões impostos e do controle externo dos processos pedagógicos. Os currículos nacionais unificados têm sido úteis para a imposição de conteúdos mínimos baseados no pensamento e no modelo econômico hegemônicos, servindo-se das avaliações em larga escala para coibir o trabalho autônomo, criativo e respeitoso da riqueza das diferenças sociais, culturais e de aprendizagem que caracterizam os cotidianos das escolas e aquilo que neles se passa. (BARBOSA apud VEIGA, 2015).

Entre outras questões apontadas pelas entidades, está a forma de construção, ou seja, com pouco envolvimento e discussões nas instituições formadoras de professores, sem o envolvimento da comunidade escolar e sem ou quase nenhuma participação de professores das escolas de educação básica. Em outras palavras, definir uma política tão importante para o País com pouca participação dos principais envolvidos, os professores e formadores, pode ser um risco caro à educação brasileira. Ou, como afirma Sandra Escovedo Selles (apud VEIGA, 2015), “[...] preocupo-me com a posição subalterna historicamente dispensada aos professores da educação básica nos processos de produção curricular e de políticas educacionais”. A construção de um currículo nacional deve “expressar as múltiplas vozes dos professores, pesquisadores em educação e educadores desse País”, conclui a pesquisadora.

Em relação à direção da política de construção do currículo e quanto ao conteúdo da proposta de BNCC, ela se apresenta “como campo de disputas profundas entre projetos distintos de sociedade e de educação, e também está no centro da discussão sobre o projeto de nação atual” (VEIGA, 2015). Na correlação de forças entre o público e o privado, o último vem se articulando para dar direção ao processo de construção da base, bem como interferir no seu conteúdo, o que chamamos de privatização por dentro da política pública, o que implica a democratização da educação como bem público.

O privado se articula para a construção e direção da política educacional

O Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) se apresenta como um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atua, desde 2013, para facilitar a construção de uma base de qualidade. “O Movimento promove debates, produz estudos e pesquisas, investiga casos de sucesso em vários países e entrevista alunos e professores”, segundo o *site*.

Esse movimento iniciou em abril de 2013, durante um seminário internacional que reuniu algumas instituições brasileiras do setor educacional organizado pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e Fundação Lemann. Participaram a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e o Movimento Todos pela Educação.

Na ocasião, para os participantes, ficou claro que adotar uma Base Nacional Comum era um passo fundamental para promover a equidade educacional e o alinhamento do sistema educacional brasileiro. Ou seja, a criação de uma base serviria como “espinha dorsal” para os direitos de aprendizagem de cada aluno, a formação dos professores, os recursos didáticos e as avaliações externas. A partir dessa constatação, segundo o movimento,

formou-se um grupo, que, desde então, busca facilitar e acelerar o processo de construção da Base, apoiando e disseminando pesquisas e insumos técnicos que alimentem o debate e mobilizando atores como gestores, acadêmicos, pesquisadores, professores, líderes da sociedade civil organizada em torno da causa. (MBNC, 2015).

Basicamente, esse grupo é composto de grandes instituições privadas que têm-se articulado com instituições educacionais globais, visando promover mudanças na educação dos países, especialmente no currículo e avaliação e, conseqüentemente, na formação docente, entre outros. São mudanças baseadas nas reformas ocorridas nos Estados Unidos, Austrália, Chile e Reino Unido que construíram e implementaram, recentemente, padrões curriculares nacionais e que são questionados atualmente por um conjunto de pesquisadores da área sobre as melhorias e ou prejuízos à qualidade da educação. No caso dos Estados Unidos, as reformas curriculares, incluindo a avaliação, “foram utilizadas à exaustão e nem por isso houve melhoria no cenário educacional americano” (FREITAS, 2012). Pesquisas têm mostrado que países que vêm adotando esse tipo de medida caminham para o retrocesso educacional com políticas privatistas (RAVITCH, 2011). É o que questionamos também com o processo desencadeado de construção da Base Nacional Comum Curricular no Brasil.

Os sujeitos do Movimento pela Base Nacional Comum

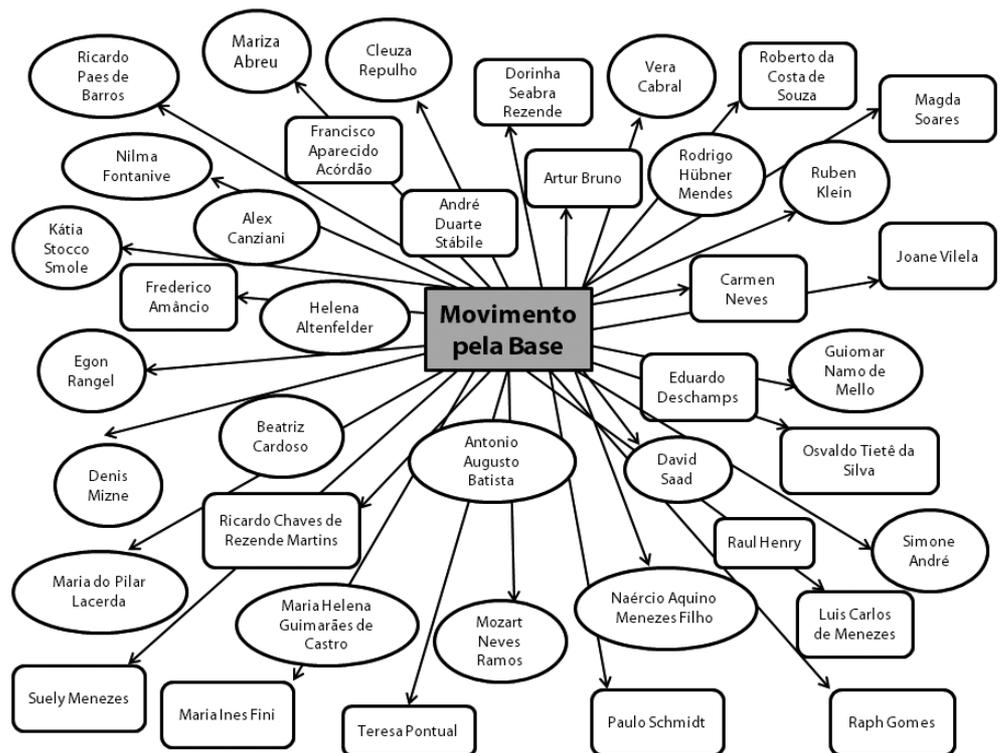
Em relação aos sujeitos, faz-se necessário considerá-los como sujeitos individuais e/ou como sujeitos coletivos na perspectiva de Thompson (1981), situados em um contexto histórico e geográfico (HARVEY, 2005). O grupo que compõe o MBNC é formado por sujeitos que atuam na área de educação e fora dela. São instituições que criam, conforme

Ball e Olmedo (2013, p. 41), “redes dentro de redes [...] Esses são canais para a promoção de políticas e as idéias delineadas [...] se formam e são colocadas em prática”.

É importante destacar que, ao mapear os sujeitos desse movimento, encontramos praticamente os mesmos, como, por exemplo, Consed e Undime e ainda a Fundação Lemann, que vem influenciando e articulando especialmente eventos sobre currículo e a Base Nacional Comum com os secretários estaduais de educação (Consed) e secretários municipais de educação (Undime).

A Fundação Lemann possui uma página nas redes sociais de apoio ao Movimento pela Base. O Movimento Todos pela Educação também aparece como parceiro em diversos eventos com a Fundação Lemann, Consed e Undime, que se tornam, em diferentes momentos, porta de entrada para que essas instituições atuem com seu projeto hegemônico de sociedade e de educação.

Figura 1 – Sujeitos do Movimento pela Base Nacional Comum.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

A figura apresentada mostra como esses sujeitos que integram o Movimento pela Base se articulam por meio de instituições públicas e privadas e como sujeitos individuais e/ou coletivos. Na figura, procuramos destacar, nas elipses, os agentes privados

e, nos retângulos, os agentes ligados, de alguma forma, às instituições públicas, como é o caso de Magda Soares da UFMG; Carmen Neves, diretora de formação de professores da educação básica da Capes; Francisco Córdão, do CNE; Dorinha Seabra Rezende como deputada federal da Comissão de Educação; Eduardo Deschamps, secretário de estado da educação de Santa Catarina e presidente do Consed; e Cleusa Repulho que, por muitos anos, atuou como presidente da Undime.

Especialmente no caso desse movimento, destacamos algumas instituições privadas ou fundações e institutos aos quais os integrantes representam, como a Fundação Lemann, principal apoiadora e articuladora da reforma curricular, Cenpec, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação SM, Insper e Instituto Fernando Henrique Cardoso¹⁵. Além disso, é importante frisar que alguns sujeitos que hoje se apresentam como diretores e/ou coordenadores de instituições privadas já estiveram em função de direção no setor público, especialmente em órgãos governamentais nos últimos anos.

A Fundação Lemann, no Relatório Anual 2014, informa que houve a intensificação na interlocução e parcerias com Undime, Inep, Capes, MEC, e secretarias estaduais e municipais. Em relação à Base Nacional Comum, o mesmo relatório apresenta que a Fundação Lemann participou ativamente da construção de um grupo plural que se mobilizou pela criação de uma Base Nacional Comum da Educação para o Brasil. Prossegue dizendo ainda que “produzimos estudos que contribuíram com o esforço do governo brasileiro de construir uma base comum para os currículos de todas as escolas do país. O tema entrou definitivamente na agenda pública nacional” (p. 9). Compreendemos que a Fundação Lemann atuou fortemente para dar direção ao processo de construção da base e integra o Movimento pela Base.

No apoio institucional ao Movimento pela Base, estão as instituições Cenpec, Comunidade Educativa-Cedac, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Fundação Roberto Marinho e Instituto Ayrton Senna. Essas instituições também fazem parte do Movimento Todos pela Educação.

O Movimento Todos pela Educação se articula com as instituições apoiadoras do Movimento pela Base e vários de seus membros têm assento no Fórum Nacional de Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.407/2010. Esse movimento é um dos parceiros de diferentes organizações e eventos relacionados ao tema, tendo seus representantes como membros do Movimento pela Base. Novamente, Consed e Undime estão lado a lado do Todos pela Educação. Esse movimento visa fortalecer, no meio empresarial, a importância de um organismo com capacidade para defender interesses de classe e intervir na definição de políticas educacionais do Estado (MARTINS, 2009). Além disso, integra a Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca), formada por organizações sociais de 14 países latino-americanos, tendo a União Europeia como parceira e cofinanciadora. Destacamos que, em diversos países,

a coordenação da rede é de empresários visando definir a agenda educacional latino-americana. Freitas (2012) contribui com o debate quando afirma que

não é possível estarmos ‘todos juntos pela educação’, quando os interesses hegemônicos dos empresários reduzem a educação a produzir o trabalhador que está sendo esperado na porta das empresas. A educação de qualidade tem que ser mais que isso. (p. 387).

No contexto apresentado neste artigo, percebemos que a indústria de especialistas é parte do novo setor de serviços de educação que inclui um número crescente de consultores que operam globalmente organizações de gestão de educação, bem como fundações de ensino e filantropos engajados na concepção da prática e da política educacional. Nesse contexto, delega-se ao mercado o poder de decisão na esfera pública. Dessa forma, a privatização do público influencia procedimentos, conteúdos e relações de poder que passam a funcionar sob o dogma do mercado. “Os parceiros, liderando uma coalizão em rede ou uma aliança, irão construir efetivamente as bases para o desenvolvimento de uma confiança mútua” (KISSLER; HEIDEMANN, 2006, p. 496).

No contexto do capitalismo, os empresários participam das mais diferentes organizações da sociedade civil, elencadas aqui como institutos e fundações. Além disso, “[...] a importância outorgada pelas lideranças empresariais à educação decorre do fato dela ser considerada essencial para o aumento da competitividade econômica nacional e para a melhoria das condições de inserção do país na nova ordem mundial” (BEGHIN, 2005, p. 56).

Portanto, por razões econômicas e pelo fato de carregar uma forte aceitação da população como uma ação que produz melhoria na vida das pessoas, a educação tem sido a área eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para direcionar suas ações de responsabilidade social. As ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre o interesse individual e o interesse geral. Elas não interferem nos interesses econômicos, nem se opõem ao Estado, pelo contrário, atuam através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, visando que o Estado aprenda com as qualidades do setor privado a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia – ou seja, os valores do mercado. Percebemos essas questões presentes na disputa pela Base Nacional Comum.

Considerações finais

Neste texto, apresentamos alguns elementos para o debate sobre como as redefinições no papel do Estado reorganizam as fronteiras entre o público e privado e

materializam-se das mais diferentes formas na educação básica pública, destacando, também, suas implicações para o processo de democratização da educação. Enfatizamos que, no período atual, a garantia do acesso à educação pública foi ampliada, o que consideramos um avanço nesse processo. No entanto, também verificamos a presença cada vez maior do setor privado mercantil definindo a educação pública. O Estado continua o responsável pelo acesso e, inclusive, amplia as vagas públicas, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública.

Em nossas pesquisas, analisamos as várias formas de relação entre o público e o privado da educação básica. Aqui, buscamos analisar, mais especificamente, como o privado interfere no público por meio da BNCC.

É interessante destacar, ainda, que os institutos e fundações trabalham definindo políticas, com a concepção, acompanhamento e avaliação da educação e forte apoio da mídia. Na justificativa de sua atuação, apresentam problemas na qualidade de ensino e assumem o que seriam tarefas do setor público para com as políticas de educação.

O setor privado está cada vez mais organizado para dar direção às políticas públicas. No entanto, entendemos que o setor privado mercantil, organizado ou não em redes, não é uma abstração. Ele é formado e operado por sujeitos individuais e coletivos em um projeto de classe, sendo parte de uma ofensiva histórica do capital e com especificidades neste período particular do capitalismo.

Enfatizamos que a BNCC pode ser um instrumento de maior democratização do conhecimento ou, ao contrário, um engessamento, com propostas vinculadas ao mercado, dependendo dos sujeitos e das correlações de forças envolvidos no processo.

Recebido em outubro de 2015 e aprovado em dezembro de 2015

Notas

- 1 Estado é aqui entendido como Estado histórico, concreto, de classe e, nesse sentido, Estado máximo para o capital, já que, no processo de correlação de forças em curso, é o capital que detém a hegemonia.
- 2 O artigo está baseado em uma trajetória de pesquisas sobre o tema das redefinições do papel do Estado e as mudanças nas relações entre o público e o privado na educação, mais especificamente na última pesquisa *Implicações da relação público-privada para a democratização da educação*.
- 3 Relação em processo na perspectiva de Thompson (1981).
- 4 Correlação de forças na concepção de Gramsci (1982).
- 5 Sujeitos individuais ou coletivos na concepção de Thompson (1981).

- 6 Contexto histórico e geográfico na concepção de Harvey (2005).
- 7 Particular na concepção de Lukács (1978, p. 112): “O movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular; ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximadamente adequado.”
- 8 Sobre o privado, assumindo a direção e execução de políticas públicas, ver Rhodes (1996).
- 9 Sobre a relação do Movimento Todos pela Educação e a venda de produtos via Guia de Tecnologias, ver Bernardi, Uczak e Rossi (2015).
- 10 Sobre creches conveniadas, ver Susin e Montano (2015).
- 11 Sobre educação profissional, ver Rodrigues e Santos (2015).
- 12 Pesquisa nacional envolvendo 10 grupos de pesquisa em diferentes estados no Brasil. *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional* (Ciências Humanas/CNPq) (ADRIÃO; PERONI, 2010).
- 13 Sobre a parceria do Instituto Unibanco com escolas de ensino médio, ver Caetano e Peroni (2015).
- 14 Atualmente, Mangabeira Unger não integra mais a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
- 15 Fundado por Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, em dois mandatos pelo PSDB. Foi na gestão de FHC que se criaram os Parâmetros Curriculares Nacionais. Integraram o governo de FHC Beatriz Cardoso e Guiomar Namó de Mello, esta, hoje, integra o Movimento pela Base e aquela também integra o IFHC e Cedac – Escola que Vale.

Referências

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. **Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional**. Relatório de pesquisa, 2010.

ALFERES, Maria Aparecida; MAINARDES, Jefferson. Um currículo nacional para os anos iniciais? Análise preliminar do documento “Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental”. **Currículo sem Fronteiras**, v. 14, n. 1, p. 243-259, jan./abr. 2014.

ANPAE. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em <http://www.anpae.org.br/website/documentos/ANPAE-Doc-Preliminar-de-analise-da-BNCC-02-11-2015.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

APPLE, Michael W. La política del saber oficial: ¿tiene sentido un currículum nacional? In: BERNARDEZ, Pablo Manzano (Coord.). **Volver a pensar la educación**. Madrid: Ediciones Morata, 1995. 1 v. p. 153-171.

BALL, Stephen J.; JUNEMANN, Carolina. **Networks, new governance and education**. Bristol, UK: The Policy Press, 2012.

BALL, Stephen; OLMEDO, Antonio. A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

BEGHIN, Nathalie. **A filantropia empresarial**: nem caridade, nem direito. São Paulo: Cortez, 2005.

BERNARDI, Liane Maria; UCZAK, Lucia Hugo; ROSSI, Alexandre. As relações do Estado com empresários nas políticas educacionais: PDE/PAR e guia de tecnologias educacionais. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 52-71.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.407, de 14 de dezembro de 2010. Institui o Fórum Nacional de Educação – FNE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2012.

BUCHANAN, James M.; MCCORMICK, Robert E.; TOLLISON, Robert D. **El análisis económico de lo político**: lecturas sobre la teoría de la elección pública. Madrid: Instituto de Estudios Economicos, 1984.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. Ensino médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 89-107.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação: da desvalorização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório Anual 2014. Disponível em http://www.fundacaolemann.org.br/wp-content/uploads/2014/10/RA_2014_final-em-baixa.pdf. Acesso em 9.out.2015.

GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 479-499, maio/jun. 2006.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARTINS, André Silva. Todos pela educação: projeto educacional de empresários para o Brasil século XXI. In: Reunião Anual da ANPEd, 31., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2008. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT09-4799--Int.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2009.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (MBNC). **O movimento**. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/o-movimento/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

PALÁCIOS, Manuel. Entenda o que muda com o novo currículo do ensino público brasileiro. **Portal Brasil**, 24 set. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/09/entenda-o-que-muda-com-o-novo-curriculo-do-ensino-publico-brasileiro>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

- RHODES, Roderick Arthur Willian. The new governance: governing without government. **Political Studies**, v. 44, n. 4, p. 652-667, 1996.
- RODRIGUES, Romir de Oliveira; SANTOS, Mauricio. O Pronatec na fronteira entre o público e o privado. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 108-128.
- SACRISTÁN, José Gimeno. Reformas educativas y reformas del currículo. In: WARDE, Mirian Jorge (Org.). **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- SALDAÑA, Paulo. Base curricular de Mangabeira terá cinco divergências em relação a texto do MEC. **Blogs Paulo Saldana**, Estadão, 22 jun. 2015. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/blogs/paulo-saldana/base-curricular-de-mangabeira-tera-cinco-divergencias-em-relacao-a-texto-do-mec/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- SUSIN, Maria Otilia Kroeff; MONTANO, Monique Robain. A educação infantil no Brasil: direito de toda criança ainda em construção. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 72-88.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VEIGA, João Marcos. Base Nacional Comum: currículo para a educação básica em disputa. **Associação Nacional de Pós-graduação em Educação (ANPED)**, 8 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/base-nacional-comum-curriculo-para-a-educacao-basica-em-disputa>>. Acesso em: 9 nov. 2015.
- WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Public and Private education *Competing projects?*

ABSTRACT: This article focuses on the relationship between public and private, in this particular period of capitalism, during which the State's role is being redefined, and which brings consequences for education. We seek to map out who the subjects involved in the drafting of the National Common Base Curriculum process (NCBC) are and its relation to public and private institutions. We analyze how the private interferes with the public, through the direction and implementation of educational policies, with implications for the democratization of education.

Keywords: Public-private. Partnerships. Democratization of education. National Common Base Curriculum.

Le public et le privé dans l'éducation *Projets conflictuels?*

RÉSUMÉ: Cet article se concentre sur les relations entre le public et le privé, dans cette période particulière du capitalisme, où le rôle de l'Etat est redéfini, ce qui a des conséquences pour l'Éducation. Nous cherchons à démarquer quels sont les sujets impliqués dans le processus d'élaboration de la Base Nationale Commune de Programme scolaire (BNCC) et leurs relations avec les institutions publiques et privées. Nous analysons comment le privé interfère avec le public, à travers la direction et la mise en oeuvre des politiques éducatives, ce qui a des conséquences sur la démocratisation de l'éducation.

Mots-clés: Public-Privé. Partenariats. Démocratisation de l'éducation. Base Nationale Commune de Programme scolaire.

Lo público y lo privado en la educación *¿Proyectos en disputa?*

RESUMEN: Este artículo trata de las relaciones entre lo público y lo privado en este período particular del capitalismo, en el que surgen nuevas definiciones del papel del Estado, con consecuencias en la educación. Buscamos definir quiénes son los sujetos involucrados en el proceso de elaboración de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y sus relaciones con instituciones públicas y privadas. Analizamos cómo lo privado interfiere en lo público mediante la dirección y la ejecución de las políticas educativas, con implicaciones en la democratización de la educación.

Palabras clave: Público/privado. Colaboraciones. Democratización de la educación. Base Nacional Común Curricular.